

Força de trabalho e capitalismo dependente: Diálogos necessários entre Clóvis Moura e Ruy Mauro Marini

Agnus Lauriano* e Renata Falavina**

Resumo:

O presente artigo propõe um diálogo entre as formulações teóricas de dois importantes sociólogos brasileiros, Clóvis Moura e Ruy Mauro Marini. Os objetivos são: abordar a compreensão de Moura em relação ao processo de transição entre o escravismo colonial e o capitalismo dependente no Brasil, analisar os elementos que Marini aponta como constituidores da situação de dependência e, retomar as elaborações de Moura acerca dos mecanismos de barragem impostos aos/às negros/as e sua relação com a superexploração da força de trabalho. Para tanto, é empregado o método da revisão bibliográfica, o que possibilita verificar a confluência dos dois autores.

Palavras-chave: Clóvis Moura; Ruy Mauro Marini; Escravismo colonial; Capitalismo dependente.

Labour force and dependent capitalism: necessary dialogues between Clóvis Moura and Ruy Mauro Marini

Abstract:

This article proposes a dialogue between the theoretical formulations of two important Brazilian sociologists, Clóvis Moura and Ruy Mauro Marini. The objectives are: to address Moura's understanding of the process of transition between colonial slavery and dependent capitalism in Brazil, to analyse the elements that Marini points to as constituting the situation of dependence, and to revisit Moura's elaborations on the barrier mechanisms imposed on black people and their relationship with the super-exploitation of the labour

* Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil. Assistente editorial da revista *Cadernos Cemarx*. Membro do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses e do Laboratório de Estudos sobre Saúde e Trabalho. End. eletrônico: agnus.lauriano@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7335-1428>

** Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses. End. eletrônico: renatafalavina@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-8691>

force. To this end, the bibliographical review method is used, which makes it possible to verify the confluence of the two authors.

Keywords: Clóvis Moura; Ruy Mauro Marini; Colonial slavery; Dependent capitalism.

Introdução

O objeto de estudo do presente artigo são os diálogos possíveis e necessários entre as formulações de Clóvis Moura e Ruy Mauro Marini. Para nos aproximarmos do objeto, elaboramos três tópicos que seguem. No primeiro, traremos da compreensão de Moura em relação ao processo de transição entre o escravismo colonial e o capitalismo dependente no Brasil. No segundo, versaremos sobre a concepção de Marini acerca do que é o capitalismo dependente. E no terceiro, retomaremos as elaborações de Moura acerca dos mecanismos de barragem aos/as negros/as e sua relação com a superexploração da força de trabalho.

Do escravismo colonial ao capitalismo dependente

O sociólogo e historiador marxista Clóvis Moura (nascido no estado do Piauí em 1925 e falecido em São Paulo em 2003) afirmava que o Brasil colonial e imperial era ancorado no modo de produção escravista, o qual era caracterizado pelo trabalho de homens e mulheres negros/as apresados/as no continente africano e vendidos/as como escravizados/as. O regime de trabalho era marcado pela extrema exploração, fazendo com que a vida média útil dessas pessoas fosse de cerca de sete anos (Moura, 2023, p. 24). O comércio de escravizados/as era fundamental para a sustentação deste modo de produção, que tinha no latifúndio a principal forma de propriedade e cuja produção de bens era voltada para o mercado colonial e internacional. Ademais, o escravismo colonial não estava isolado do nascente modo de produção capitalista, sua ligação com este é orgânica desde o capitalismo mercantil, surgido na Europa ocidental no início do período da acumulação primitiva de capitais, entre os séculos XV e XVI. E também está relacionado ao capitalismo industrial, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, e às primeiras manifestações do capitalismo monopolista ou sua fase imperialista, a partir de meados do século XIX (Moura, 2023; 2019; 2014b.).

O escravismo colonial, para Moura, é periodizado em duas fases relacionadas com as transformações do perfil do modo de produção capitalista: o *escravismo pleno* de 1550 a 1850 e o *escravismo tardio* de 1850 a 1888.

As características principais do *escravismo pleno* são a produção exclusiva para exportação ao mercado colonial, a subordinação da economia nacional aos interesses da metrópole, uma legislação fortemente repressora contra os/as escravizados/as e a luta ativa e radical destes/as sujeitos/as contra a opressão e exploração sofridas (Moura, 2019, p. 262). A exploração sob o escravismo pleno

permitia uma situação de fastígio na classe dominante senhorial escravista e, junto com o monopólio comercial da metrópole portuguesa, não permitia uma acumulação primitiva de capitais dentro do território brasileiro, o que seria fundamental na formação de um capitalismo dependente. Ao mesmo tempo esta exploração ocorria a partir de uma “situação de total dominação econômica e extraeconômica sobre o elemento escravizado”, tendo como consequência “condições sub-humanas de tratamento” e um “controle social despótico”, como a forte vigilância nos locais de trabalho. Para isso, era necessário “um aparelho de Estado voltado fundamentalmente para defender os direitos dos senhores e os seus privilégios” (Moura, 2019, p. 263). O conjunto destas relações sociais de produção, específicas do escravismo pleno, não dinamizava o desenvolvimento das forças produtivas materiais, causando uma reprodução estagnada. Porém, o clima de fastígio da classe senhorial permanecia e a alta exploração dos/as trabalhadores/as escravizados/as era reposta com o tráfico internacional desta atividade (Moura, 2019, p. 264).

No entanto, o *escravismo pleno* não deixava de ter suas próprias contradições, a extrema exploração do trabalho escravizado gerava uma série de revoltas por parte dos/as escravizados/as, expressas em diversas formas como as fugas, a sabotagem das plantações, a formação de quilombos, as insurreições, os suicídios, os assassinatos dos/as filhos/as dos/as escravizados/as, a participação em movimentos não-escravos, as guerrilhas nas estradas e nas matas, os assassinatos de feitores e senhores de escravos, dentre outros (Moura, 2014a, p. 403). Na concepção do marxista piauiense, as lutas dos/as escravizados/as promoviam um desgaste permanente do modo de produção escravista. De forma concomitante, a violência estatal, seja durante a Colônia, seja após a Independência, crescia na mesma medida que as revoltas dos/as escravizados/as. E tal violência estatal era o elemento extraeconômico fundamental para obter o sobretrabalho dos/as escravizados/as, uma vez que permitia alcançar as taxas de lucro necessárias para compensar as formas de distribuição de valor entre a classe senhorial, o monopólio colonial e a totalidade da divisão internacional do trabalho. Assim, o desgaste permanente do modo de produção escravista é formado pelo conjunto dos desgastes econômico, político e a síndrome do medo da classe senhorial.

O desgaste econômico era caracterizado pelo prejuízo ocorrido pela fuga do/a escravizado/a enquanto mercadoria, que era desvalorizada por este motivo e o cujo trabalho forçado não era realizado. As sabotagens, os roubos e a destruição de plantações também eram formas do desgaste econômico. Os gastos com as procuras e com o apresamento, realizados pelas forças do aparelho repressivo estatal, bem como o pagamento para capitães do mato e informantes faziam parte do conjunto do desgaste econômico apontado por Clóvis Moura (Moura, 2019, p. 271; 272).

Já o desgaste político era definido pela propagação das revoltas dos/as escravizados/as nas fazendas, nas cidades e na formação dos quilombos. Este

último era visto como “a possibilidade de uma solução alternativa possível mesmo no sistema escravista: a formação de unidades independentes nas quais o trabalho escravo não era praticado” (Moura, 2019, p. 274). Os quilombos se colocavam como a principal alternativa ao escravismo colonial, sendo o exemplo da República de Palmares a sua expressão máxima, e tendo preocupado a classe senhorial e os agentes estatais da colônia brasileira e do império português. Outro temor político dos escravocratas era a unidade entre quilombolas, escravizados/as urbanos/as insurgentes e outros setores explorados e oprimidos do escravismo colonial (Moura, 2019, p. 275).

O terceiro desgaste do escravismo, em especial na sua fase plena, defendido por Clóvis Moura, é a chamada síndrome do medo, um desgaste psicológico sobre o comportamento subjetivo da classe senhorial relacionado ao temor de revoltas de escravizados/as em grande escala. A formação de um “estado de pânico permanente” teria motivado a formação de um aparato repressor extremamente violento, tanto pelas legislações que permitiam a pena de morte aos/as escravizados/as revoltosos/as, como a utilização de torturas com vários instrumentos como o tronco, o pelourinho, o anjinho, a máscara de flandres, as correntes, os grillhões, a gonilha, etc., as quais eram executadas tanto pelas autoridades estatais, como pelos feitores da classe senhorial - todos respaldados pelas leis da época e pela naturalização da sociedade (Moura, 2019, p. 276; 277).

Mas, com o fim do tráfico de escravizados/as em África a partir de 1850, sob a efetivação da Lei Euzébio de Queirós, tem início um processo de modernização da economia brasileira, mesmo que ainda sob o modo de produção escravista. Tal processo ocorre com o financiamento de capitais externos, com destaque para o capital inglês, mas se dá de forma desigual no território brasileiro, beneficiando principalmente as regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Juntamente a isso, as consequências da quilombagem, como luta dos/as escravizados/as em longa duração e a partir das mais diversas formas, fizeram o escravismo atingir a sua fase tardia, ou o *escravismo tardio*, segundo a definição de Clóvis Moura.

O *escravismo tardio* “é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista” (Moura, 2014b, p. 86). Esta fase foi promovida “de fora”, pelo capital britânico, que no primeiro momento financiou incipientes iniciativas industriais nacionais com “empréstimos em condições escorchantes” que não prosperavam, mas em seguida passou a realizar investimentos diretos. O capital inglês investia em áreas da economia brasileira sob o modo de produção escravista como “estradas de ferro, portos, agroindústrias nordestinas (açúcar), companhias de gás e iluminação, moinhos, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transportes coletivos” (Moura, 2014b, p. 87). Este capital também controlava “quase totalmente os setores de importação e exportação, tendo investido, também, na mineração” (Moura, 2014b, p. 88).

Esta fase final do modo de produção escravista colonial para Moura revela a continuidade da subordinação da economia brasileira aos capitais forâneos, especialmente ao inglês neste período. Não ocorre a formação de uma burguesia nativa com capacidade econômica e também política para realizar iniciativas capitalistas necessárias para o desenvolvimento autônomo, por razões já colocadas pelo autor durante a fase do escravismo pleno. O que acontece nas relações entre a classe senhorial e as burguesias estrangeiras é a formação de classes médias que “foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros, investidores e filiais de bancos ou empresas que se instalaram aqui, transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios” (Moura, 2014b, p. 87).

Este processo vai configurando-se como uma *modernização sem mudança*¹ social, de maneira que a economia se moderniza com o desenvolvimento das forças produtivas materiais impulsionadas pelo capital estrangeiro, porém o trabalho escravo continua. Nas várias atividades econômicas deste período encontra-se o emprego de trabalho livre assalariado, juntamente com a exploração do trabalho escravo. Tecnologias desenvolvidas durante o século XIX, como o telégrafo e as ferrovias, servem como auxiliares utilizados pela classe senhorial e pelo Estado escravista imperial na repressão aos/às escravizados/as revoltosos/as. É o *moderno* servindo ao *arcaico* como uma característica importante do escravismo tardio.

Com o avanço da modernização sem mudança, o modo de produção escravista colonial vai tornando-se uma forma de produção e de organização da vida material em decomposição, com o endividamento econômico externo sob juros exorbitantes que reforçava a dependência com países que estavam entrando na fase imperialista do capitalismo, como a Inglaterra e os Estados Unidos. Cenário que é acompanhado pela falta de escravizados/as para manter a mesma intensidade da exploração predatória do trabalho e a aplicação de capitais - antes aplicados na lavoura e na aquisição de escravizados/as - em ações e rendas vindas da propriedade imobiliária (Moura, 2014b, p. 101-103).

Uma série de medidas econômicas e políticas criam as condições para a modernização sem mudança do escravismo colonial para o capitalismo dependente, o que ocorre sem colocar em xeque o poder da classe dominante senhorial e conservando o latifúndio como a principal forma de propriedade privada dos meios de produção na economia brasileira. Estas medidas são cinco, conforme apontado por Clóvis Moura (2014b, p. 103): A Tarifa Alves Branco (1844), A Lei da Terra

¹ O conceito de modernização sem mudança é originalmente formulado pelo historiador estadunidense radicado no Brasil nos anos 1970 e professor do Departamento de História da Unicamp, Peter Louis Eisenberg, no seu livro *Modernização Sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910)*, publicado em 1977 sob co-edição das editoras Paz & Terra e Editora Unicamp.

(1850), A Lei Eusébio de Queirós (1850), A Guerra do Paraguai (1865-1870) e a Política Imigrantista.

O processo político e social que culmina na Abolição, então, foi marcado por mudanças nos comportamentos da classe senhorial e das classes médias, com o movimento abolicionista dirigindo as resistências e as lutas dos/as escravizados/as, e pautando medidas protetoras para aliviar a exploração destes/as últimos/as. Ao mesmo tempo, ocorre uma racionalização do racismo, com intelectuais elaborando-o como uma ideologia apta a justificar os/as escravizados/as e outros/as trabalhadores/as nacionais não-brancos/as como incapazes de desempenhar o trabalho livre assalariado. Ao passo que ocorre a política imigrantista subsidiada pelo Estado, a qual favoreceu os cafeicultores paulistas (Moura, 2014b, p. 151). A Abolição termina com a escravidão e em seguida é proclamada a República, porém são mantidos o poder econômico e a propriedade fundiária. Os/as ex-escravizados/as após este acontecimento são expropriados/as e relegados/as para o exército industrial de reserva. Tudo isso, configura a economia brasileira como ocupante de uma posição dependente, em que o “arcaico preservou seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.” (Moura, 2014b, p. 152)

Tendo em vista o quanto exposto até o momento, versaremos em sequência sobre a compreensão de Ruy Mauro Marini quanto ao capitalismo dependente, percorrendo sobre os elementos apontados pelo autor como caracterizadores da situação dependente e que tornam possível distinguir as posições periféricas e centrais no capitalismo.

Elementos caracterizadores do capitalismo dependente

Se por um lado Clóvis Moura trata do modo de produção escravista colonial, por outro Ruy Mauro Marini observa a importância do “regime de produção escravista” (Marini, 2022b, p. 219) para a compreensão da atualidade das economias latino-americanas. Este regime, em seu entender, não pode ser desconsiderado quando da análise das determinações que incidem sobre o capitalismo dependente hodierno.

Nesse sentido, Marini adverte a quem pretenda desenvolver análises marxistas acerca de duas formas de desvio. O desvio ao dogmatismo, no qual a realidade concreta é substituída pelo conceito abstrato. E o atinente ao ecletismo, no qual o conceito é modificado para que a realidade nele se encaixe. Tal advertência se relaciona com a questão da forma de ser do capitalismo na América Latina, uma vez que suas particularidades fazem emergir dificuldades à sua fiel análise. E isso porque, quando em comparação com as economias centrais, das peculiaridades da periferia emergem noções tais qual a de “pré-capitalismo”.

Marini (2022a, p. 168) diverge desta noção, postulando que em verdade o que se verifica na periferia é um capitalismo *sui generis*, cujo sentido somente torna-se completo quando se leva em consideração o sistema em sua integralidade, vale dizer, não somente a seara nacional, mas também a internacional. A insuficiência comparada das relações capitalistas nos países dependentes, ademais, assim o é pois seu desenvolvimento não pode, estruturalmente, ser tal qual o das economias centrais.

E essa impossibilidade estrutural pode ser compreendida a partir da questão da divisão internacional do trabalho, posto que a integração da América Latina ao mercado mundial é marcada por tonalidades até hoje determinantes do desenvolvimento na região. Marini (2022a, p. 170) postula que a América Latina não está descolada do capitalismo mundial, mas em estrita consonância com ele, uma vez que contribuiu não somente ao desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu, mas substancialmente para a revolução industrial. Essa divisão internacional do trabalho presente na integração latino-americana ao mercado mundial, com isso, é a mesma que configura sua atual situação de dependência.

A definição mariniana de dependência, destaque-se, entende esta situação como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2022a, p. 171). O que significa dizer que somente através de uma ruptura com as relações capitalistas seria possível superar a dependência. Já o esquema explicativo cepalino entende o subdesenvolvimento da região como uma etapa ao pleno desenvolvimento econômico, daí a preconizada necessidade de industrialização (Marini, 2022c, p. 262).

Diversamente, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), da qual Marini foi precursor, entende ser o “subdesenvolvimento” de certos países a razão mesma do “desenvolvimento” de outros. Ou seja, a economia dependente é essencial, condição mesma de existência do capitalismo mundial. Pelo que a tarefa da TMD, para Marini (Marini, 2022b, p. 230), seria justamente apontar para a legalidade específica com que as economias dependentes são regidas.

Importa notar, então, que o capitalismo dependente não se trata de um tipo específico de capitalismo, o qual se confrontaria com outro tipo de capitalismo, o dos países centrais. Em ambas as situações, a Lei Geral de Acumulação Capitalista (LGAC), concebida por Karl Marx e especialmente versada no capítulo 23 do Livro I de “O Capital”, apresenta vigência². Mas há que se falar em diferenças no que

² Brevemente apontamos que a Lei em comento trata da contradição capitalista entre o caráter coletivo do trabalho e a feição privada da apropriação de capital, o que gera uma relação direta entre o aumento da riqueza e da miséria. Ou seja, por um lado observa-se o crescimento do capital tanto em seu tamanho, quanto em sua força. E por outro o aumentar da classe

tange à legalidade própria com que o modo de produção capitalista se desenvolve nos países sob distintas situações.

Disso decorre uma importante consequência, a de que a situação de dependência não é mero acontecimento passageiro, ou uma certa vicissitude do transcorrer histórico de alguns países. Trata-se, em verdade, de um produto da forma com que a LGAC acontece em países como os da América Latina (Marini, 2022b, p. 231).

Para melhor entender a dependência e suas consequências para a força de trabalho, passemos ao exame de duas categorias centrais do arcabouço teórico de Marini, a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. O intuito é discorrer pormenorizadamente sobre estas duas categorias que, segundo o autor, caracterizam o capitalismo dependente. Para tanto, destacaremos aportes de diferentes autores/as da TMD, partindo das contribuições fulcrais de Marini, mas inserindo reflexões contemporâneas sobre a temática.

Fato é que, ao construir a categoria de superexploração da força de trabalho, Marini a entende enquanto um mecanismo de compensação frente à transferência de valor. Aqui temos um ponto fundamental da análise: a indissociabilidade entre estas categorias. Mais adiante traremos algumas contribuições contemporâneas que entendem esta indissociabilidade enquanto um par categorial. Por ora, contudo, queremos assinalar que a transferência de valor operada desde as economias periféricas em prol das centrais (tanto em razão da maior produtividade destas, quanto por sua detenção monopolística da produção de determinadas mercadorias) e faz com que um mecanismo de compensação precise ser mobilizado pelos capitalistas periféricos.

Esse mecanismo objetiva incrementar o valor que é trocado, sem que a transferência seja impedida, mas neutralizando tal cessão através justamente do aumento do valor realizado (Marini, 2022a, p. 184). Tendo em vista que somente trabalho vivo pode gerar valor, para aumentá-lo é preciso também majorar a exploração sobre a força de trabalho, através do aumento da intensidade do trabalho e/ou mediante o prolongamento da jornada de trabalho. Com isso, temos condições de entender a escolha política realizada pelos países dependentes, posto que ao invés de corrigir a troca desigual (se contrapondo à transferência de valor), os capitalistas periféricos optam pela compensação do valor perdido. Compensação esta que se dá no âmbito da produção destes países, por meio da maior exploração da força de trabalho, processo denominado pioneiramente por Marini como superexploração.

A superexploração ocupa um local de centralidade para os países capitalistas periféricos, posto ser o fundamento mesmo da dependência. Disso decorre que “a

trabalhadora e especialmente de seu segmento de reserva, a superpopulação relativa (também denominada como exército industrial de reserva).

superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas [...] é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho.” (Marini, 2022b, p. 229).

Ademais, uma primeira pontuação importante é no sentido de que a superexploração da força de trabalho não é um simples conceito, mas uma categoria analítica. As categorias se diferenciam dos conceitos, posto que “possuem uma existência real, são propriedades do objeto, que, em função de suas formas de manifestação, possibilitam [...] a sua apreensão por parte do ser humano que procura entendimento ou explicação deste objeto.” (Carcanholo, 2013, p. 76). Os conceitos, diversamente, relacionam-se com uma visão idealista acerca do conhecimento, de sorte que a realidade é explicada a partir de uma construção ideal anterior, como se fosse mera manifestação da ideia. Postular que a superexploração é uma categoria, e não um conceito, portanto, aproxima-se da perspectiva marxista, em que é a realidade em suas múltiplas determinações que oportuniza formas diferentes de conhecê-la (Carcanholo, 2013, p. 76).

Não obstante, cabe salientar que a superexploração, ainda de acordo com a lição de Carcanholo (2013, p. 81), é uma categoria própria do capitalismo dependente. O que significa assinalar que somente nos países dependentes verificamos essa específica relação entre superexploração e transferência de valor. Vale dizer, tendo em vista a maneira subordinada com que os países dependentes se inseriram na acumulação capitalista mundializada, a transferência do valor aqui produzido para que seja realizado nos países centrais torna-se estrutural.

Façamos, por oportuno, alguns apontamentos acerca do que entendemos ser a superexploração e o que não consideramos como superexploração. Primeiramente, obtemperamos que a superexploração ocorre em relação à força de trabalho, ou seja, não há que se falar em superexploração do trabalho. Isso porque, “Quando o capitalista explora a força de trabalho, está consumindo o valor de uso que a mercadoria força de trabalho oferece: o próprio trabalho.” (Amaral, 2018, p. 7). Colocar tal distinção não é mero preciosismo terminológico, mas rigor teórico e metodológico, tendo em conta que a descoberta de Marx em relação ao duplo caráter do trabalho sob a égide do capitalismo é o que permitiu o salto analítico em relação à economia política clássica (Carcanholo, 2013, p. 75).

Demais disso, temos acordo com Amaral (2018) quando a autora coloca que exploração e superexploração são duas categorias distintas, o que significa dizer que a superexploração não é um superlativo da exploração, mas uma categoria teórica por si. Entender diversamente, que a superexploração é uma exploração aumentada, pressupõe a existência de uma exploração “normal” (a qual seria a correspondência entre valor e preço da força de trabalho). Recuperando a LGAC versada por Marx em *O Capital*, Amaral (2018) bem observa que a tendência à violação do valor da força de trabalho é própria do capitalismo, em sua lógica de acumulação sempre em escala ampliada. Daí ser inadequado falar em níveis normais e anormais de

exploração e, por conseguinte, entrever na superexploração tão somente uma exploração majorada.

Em suma, “A superexploração pode ser identificada como violação do valor da força de trabalho, mas não apenas e não necessariamente” (Amaral, 2018, p. 11). E mais, entender a superexploração tão somente como violação do valor da força de trabalho abre espaço para formulações maniqueístas, que colocariam a existência de um nível normal e outro anormal de exploração da força de trabalho, este correspondente ao da superexploração (Amaral, 2018, p. 12).

Com isso, coadunamos com a autora quando ela defende que a especificidade das economias dependentes reside na “transferência de valor internacional da periferia para o centro, ou seja, a diferença dialética entre a produção e a apropriação de valor por parte dos diferentes capitais” (Amaral, 2018, p. 9). Partindo disso, a superexploração não pode ser versada unicamente pelo prisma quantitativo, como se se encerrassem numa exploração mais intensa, mas seu significado é completado com o par categorial que forma com a transferência de valor. Ou seja, a superexploração “difere de sua categoria matriz justo porque só se manifesta em razão das transferências internacionais de valor que são estruturais na dinâmica de reprodução do capitalismo dependente” (Amaral, 2018, p. 9).

O par categorial referido por Amaral, então, diz sobre essa relação de indissolubilidade entre transferência de valor e superexploração da força de trabalho. O que nos informa sobre a totalidade do processo. Nos termos de Amaral e Traspadini (2022, p. 9 e 10), “A superexploração é qualitativamente diversa da exploração, tal como a define Marx, em razão de uma particularidade: está umbilicalmente ligada às transferências de valor, não existe sem elas, é sua ‘irmã siamesa’, forma com elas um corpo só”.

A partir do quanto exposto, é possível responder às indagações acerca da existência de superexploração em países centrais. Se entendermos superexploração enquanto uma categoria específica dos países dependentes (haja vista a necessidade de compensar a transferência de valor que realizam em benefício dos países centrais), então a resposta é negativa (Carcanholo, 2013, p. 90).

Por fim, resta pontuar que Marini (2022a, p. 186) versa sobre três formas de superexploração da força de trabalho: o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho (aumento do tempo de trabalho excedente) e a redução do fundo de consumo do trabalho e sua conversão em fundo de acumulação capitalista. Estes mecanismos podem atuar tanto de maneira separada, quanto conjuntamente.

Nesta segunda seção, pudemos apresentar o entendimento de Ruy Mauro Marini acerca das especificidades do capitalismo dependente e elucidar debates contemporâneos atinentes aos dois elementos caracterizadores da dependência, a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor. Salientamos, por

oportuno, que não intentamos encerrar tais celeumas, dada sua complexidade. Mas tão somente trazê-las à tona e, com isso, poder contribuir para o desenvolvimento da literatura.

A seguir, retornaremos às lições de Clóvis Moura para tratar sobre os mecanismos de barragem e relacioná-los com a questão da superexploração.

Mecanismos de barragem e superexploração da força de trabalho

No capitalismo dependente brasileiro, Clóvis Moura afirma que a população negra após a Abolição está submetida a mecanismos de barragem, também denominados como uma estratégia de peneiramento ou de imobilismo social. Estes mecanismos econômicos, sociais e ideológicos caminham junto com o racismo, no sentido de imobilizar a população negra, a qual em grande parte compõe historicamente a classe trabalhadora brasileira, majoritariamente o exército industrial de reserva. Posição essa que foi desenvolvida desde a fase do escravismo tardio do modo de produção escravista colonial.

Ao longo da decomposição do escravismo, em especial após a Lei Eusébio de Queirós, a massa de negros/as escravizados/as vai reduzindo, todavia sua maioria não entra nos quadros de trabalhadores livres, mas sim passa a integrar o conjunto de desocupados/as. Moura demonstra isso a partir de dados de um estudo sobre as causas da Abolição. Na última década da escravidão, a quantidade de trabalhadores/as livres nas cinco principais províncias do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará) correspondia a 1.433.170 pessoas, já a quantidade de trabalhadores/as escravizados/as era de 656.540 pessoas e a massa de desocupados perfazia 2.822.588 pessoas (Moura, 2021, p. 48).

A escravidão urbana, como consequência da dinamização das relações sociais de produção capitalistas durante o período do escravismo tardio, permitiu uma contradição em que os/as escravizados/as ocupavam atividades de trabalho análogas a de artesãos e de proletários. Clóvis Moura, no livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, utiliza dados do censo populacional de 1872 (e que foram expostos nas obras *Da Senzala à Colônia*, de Emília Viotti da Costa e *História Político-Econômica Industrial do Brasil*, de Heitor Ferreira Lima) e relatos de viajantes europeus do século XIX, e afirma a composição destas atividades laborais por negros/as escravizados/as e também por negros/as libertos/as.

Moura cita Ferreira Lima quanto às profissões dos/as escravizados/as na antiga província do Maranhão, as quais se referem a: alfaiates, caldeireiros, carpinteiros, entalhadores, carpinteiros navais, serralheiros, ferreiros, tanoeiros, marceneiros, ourives, pedreiros e britadores, pintores e ceriadores, correios e escravos auxiliares nas indústrias (Moura, 2019, p. 95). Já a partir de citações de Viotti da Costa, nosso autor demonstra a presença de escravizados/as em São Paulo exercendo as seguintes profissões: costureiras, mineiros, trabalhadores em metais,

em madeiras, em edificações, em tecidos, em vestuário, em couro e papel, em calçados, entre outros (Moura, 2019, p. 96).

O ponto do marxista piauiense é demonstrar que negros e negras, sejam escravizados/as ou libertos/as trabalhavam e exerciam diversas profissões além do eito. Portando, desenvolviam inclusive técnicas e destrezas em certas profissões desenvolvidas no continente africano, como a metalurgia. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da industrialização incipiente durante a transição entre o escravismo tardio e o capitalismo dependente faz emergir aos poucos a predominância do trabalho abstrato e da forma mercadoria na força de trabalho. Isto está ligado às origens das classes sociais do capitalismo e em especial à transição da classe senhorial em burguesia, o que estrutura os mecanismos de barragem social da população negra, a qual paulatinamente vai sendo expropriada destas profissões.

É neste quadro que um dos principais mecanismos de barragem da população negra na sociedade brasileira foi a política imigrantista subsidiada pelo Estado brasileiro. Segundo Clóvis Moura:

[...] não houve nenhuma política de readaptação, integração e assimilação dele (o negro) ao sistema que se criava. Pelo contrário. Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da Abolição se encontrava no seu centro, recebeu, imediatamente, o impacto oriundo da concorrência de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender a sua força de trabalho: o imigrante (Moura, 2021, p. 46).

A consequência da introdução da força de trabalho imigrante vinda da Europa, especialmente da Itália, seguida de Portugal e Espanha, é a manutenção dessa massa de desocupados/as majoritariamente composta por negros e negras. De tal maneira que esta massa não tem uma ocupação regular e ocupa o subemprego, afirma o marxista piauiense. Ao passo que os imigrantes eram protegidos por “uma política dirigida e de planos integrativos... com um trabalho racional de fixação.” (Moura, 2021, p. 49) Sendo o/a ex-escravizado/a relegado/a ao “subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada.” (Moura, 2021, p. 49) Ou seja, um dos mecanismos de barragem para imobilização social da população negra é a sua expropriação do trabalho escravizado e sua transformação em exército industrial de reserva na vigência do trabalho livre assalariado.

Como consequência desses mecanismos articulados com o racismo, a maior parte da população negra que compõe a classe trabalhadora é:

[...] descartada permanentemente, mas conservada à margem para estabelecer o equilíbrio do modelo através da imposição

pelas estruturas de poder dominantes, de níveis de salários irrisórios que, a partir daí, o sistema consegue manter. Como corolário disso, é óbvio, há a necessidade de um aparelho de Estado altamente autoritário e repressivo a fim de ser mantido esse equilíbrio social. (Moura, 2023, p. 21-22)

Os salários irrisórios são necessários para a reprodução do capitalismo dependente brasileiro, logo, é preciso descartar e marginalizar permanentemente essa grande massa da população negra pertencente à classe trabalhadora. Não inserida no mercado de trabalho, esta massa passa a integrar o exército industrial de reserva, com a finalidade de rebaixar o valor da força de trabalho de toda a classe trabalhadora brasileira, e criar as condições para a superexploração da força de trabalho, tal qual a formulação de Ruy Mauro Marini. E também há a necessidade de ter um “Estado altamente autoritário e repressivo”, por isso a sistemática política de guerra às drogas, o genocídio da juventude negra e o encarceramento em massa são elementos centrais da manutenção e reprodução do capitalismo dependente. O racismo que articula e racionaliza os mecanismos de barganha dessa massa negra é fundamental para mantê-la imóvel socialmente e estabelecer uma divisão e uma hierarquia no interior da classe trabalhadora brasileira, levando a coincidir raça e classe.

Para Clóvis Moura, portanto, o capitalismo dependente brasileiro e suas classes sociais fundamentais são forjadas juntamente com o racismo como ideologia racionalizadora e arma de dominação econômica e política para a sua produção e reprodução enquanto modo de produção ou sistema econômico. A imobilização de negras e negros trabalhadores/as para o exército industrial de reserva é fundamental para a manutenção das taxas de lucro e para a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, por parte da burguesia brasileira e das burguesias imperialistas da Europa e dos Estados Unidos, em especial.

Considerações finais

O presente artigo pretendeu apresentar o entendimento de Clóvis Moura no que concerne à transição entre o modo de produção escravista colonial e o capitalismo dependente. Chamou a atenção para o processo de modernização sem mudança social, que permitiu a perpetuação do poder da classe dominante durante essa passagem. Em seguida, o artigo tratou da compreensão de Ruy Mauro Marini acerca dos elementos caracterizadores do capitalismo dependente, colocando a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor enquanto categorias indissociáveis. E, por fim, retomou as lições de Moura, ao tratar dos mecanismos de barganha impostos à população negra inserida no capitalismo dependente brasileiro. Estes mecanismos fazem com que grande parte do exército industrial de reserva seja composto por negros/as, um segmento de reserva da classe trabalhadora que tem a

função de rebaixar o valor da força de trabalho. E assim oportunizar a superexploração da força de trabalho periférica.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva; TRASPADINI, Roberta Sperandio. O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a Teoria Marxista da Dependência como ápice da elaboração sobre o continente. In: *XXVII Encontro Nacional de Economia Política*. 2022, Uberlândia. Anais [...], Uberlândia, 2022. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1308_1647106039_ArtigoSEP_COM-Identifica%C3%A7%C3%A3o_pdf_ide.pdf. Acesso em 13 fev. 2023.
- _____. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias. In: *6º Encontro Internacional de Política Social, 13º Encontro Nacional de Política Social*. 2018, Vitória. Anais [...], Vitória, 2018.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência. In: *Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022c.
- _____. Sobre a dialética da dependência. In: *Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022b.
- _____. Dialética da dependência. In: *Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022a.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Dandara Editora, 2023.
- _____. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara Editora, 2021.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- _____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014b.
- _____. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014a.